

Carta ao Governador Paulo Câmara

Senhor Governador:

Durante todos esses anos temos nos pautado pela melhoria do serviço público e valorização do servidor, o que compreende melhores condições de trabalho, carreira e remuneração justas. Também temos lutado pela instituição de instrumentos que fortaleçam o processo negocial. Foi assim que, a quatro mãos, através de Decreto, constituímos em 2007 as Mesas de Negociação. Decreto que em dezembro de 2017 foi a base para a lei 16.281/17, que regula a Mesa de Negociação.

Ocorre que este ano, por conta do calendário eleitoral, temos um tempo diminuto para enfrentar, mesmo que parcialmente, as reivindicações da pauta unificada dos servidores que se repetem há alguns anos, além das pautas específicas de cada categoria. Isso cobra das partes agilidade no processo de negociação. Em fevereiro o Fórum dos Servidores Estaduais entregou a pauta de reivindicação de 2018, assim como várias categorias fizeram nos últimos meses. Na ocasião solicitamos um calendário de reunião da Secretaria de Administração com cada sindicato e uma da Mesa Geral em março. A resposta foi insatisfatória, pois não contempla o conjunto dos sindicatos. Vale salientar que diversas categorias têm pendência que não estão no campo econômico, mas nem assim tiveram negociações agendadas.

Enquanto isso, Senhor Governador, as pendências e as distorções permanecem, como por exemplos:

- Folha de Ativos, 13º de 2017: consta cerca de 2.100 servidores com remuneração até R\$ 937,00;
- Cargos com salários iniciais inferiores ao mínimo, exemplos:
 - ✓ Agente de Desenvolvimento: R\$ 710,00;
 - ✓ Auxiliar Administrativo: R\$ 745,00;
 - ✓ Auxiliar em Saúde: R\$ 767,04;
 - ✓ Assistente em Saúde: R\$ 774,82;
 - ✓ Assistente Administrativo Educacional (entre 10 e 19 anos de trabalho): R\$ 940,00.
- Salários iniciais inferiores aos pisos:
 - ✓ Professores, inclusive graduados, com até dez anos de magistério com salários inferiores ao valor do Piso Salarial Nacional;
 - ✓ Profissionais com Contrato Por Tempo Determinado-CTD, recebem salários menores que os profissionais efetivos que estão no início da carreira, ambos tendo a mesma formação;
- Benefícios;
- O vale refeição está congelado desde 2008 no valor de R\$ 7,00 (sete reais);
- Grande parte dos servidores do interior não recebe vale transporte. Em média as passagens são de R\$ 3,00 (três reais). Porém, há casos de até R\$ 5,00 (cinco reais);
- Diárias de R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais).



Tais números ilustram parte da grande penúria pela qual passam os servidores públicos do estado de PE, que além de conviver com baixo padrão salarial, enfrentam condições de trabalho precárias, com severos impactos na vida pessoal e laboral e, sequer tem conseguido discutir com a representação do governo o estabelecimento de CIPAs e políticas de saúde voltadas para os eles. Situação que se agrava no interior do estado, onde os acometidos por doenças tem que se deslocar, muitas vezes para a capital para conseguir fazer uma perícia.

Nestes termos, o Fórum dos Servidores Estaduais de Pernambuco vem exigir de Vossa Excelência uma postura mais ágil e eficaz no processo de negociação tanto da Mesa Geral quanto nas Específicas.

Recife, 15 de março de 2018.

Atenciosamente

Paulo Rocha
Vice-presidente da CUT/PE e
Coordenador do FSE/CUT.